

# CIDADES MORTAS

*Gilson Schwartz*<sup>1</sup>

Publicado em 1919, o segundo livro de Monteiro Lobato tinha como foco o norte paulista do vale do Paraíba, “onde tudo foi e nada é: Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. [...] cidades moribundas arrastam um viver decrépito. Gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes”(LOBATO,1916)<sup>2</sup>. O cenário da decadência predomina. Mas a obra de Lobato é também uma contundente crítica aos ficcionistas românticos como José de Alencar, que transformavam o povo e o mato em assépticas realidades de folhetim.

Em *Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações* podemos entender que reverberam ainda entre nós o espírito romântico, a formulação e prescrição de políticas, a visão de realidades que cabem muitíssimo bem no papel em branco de reportagens edulcoradas e relatórios oficiais. A realidade das nossas cidades “digitais”, no entanto, está mais para as cidades mortas de um ciclo pretérito (degradação humana e urbana decorrente do fim de um ciclo da economia então agrícola). O ciclo de hoje, no entanto, que já foi e mal começou, é o da privatização da infra-estrutura de telecomunicações.

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outróra, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caqueixa, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nomade e sujeito a paralisias subitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflue com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas. [...] Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito (LOBATO, 1916).

Prossegue Monteiro Lobato:

No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Atila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e

<sup>1</sup> USP – Universidade de São Paulo - Depto. de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – schwartz@usp.br. Criador e líder do projeto “Cidade do Conhecimento” (www.cidade.usp.br).

<sup>2</sup> “Cidades Mortas,” um conto de livro homônimo.

mandada para fóra. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfigurou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação européia por mão de herdeiros dissipados (LOBATO, 1916).

Nas nossas cidades contemporâneas, onde antes se escreveu Café, leia-se Privatização das Telecomunicações. Passaram como um Átila. Entre os “hunos” que sugaram a riqueza nacional, alguns começam a freqüentar as celas policiais, sob o encaço da Polícia Federal. O mito do progresso, ou melhor, da inclusão digital, da universalização das telecomunicações, da sociedade da informação e do conhecimento ficou na lenda. Restaram, como nas cidades mortas que Lobato descreveu com maestria, apenas algumas moças casadoiras, cotovelos às janelas, esperando dar de encontro com algum desavisado protetor ou patrocinador.

Onde antes havia Café, hoje vigoram a globalização dos mercados, materiais e simbólicos, a expansão internacional do liberalismo e a convergência tecnológica e de capitais na área das comunicações, da informática e da microeletrônica. Othon Jambeiro (2007, p.11), na Apresentação, dá em síntese o que resultou dessa enorme transformação que reenquadrou os países dependentes na nova lógica do capitalismo global do conhecimento: “[...] a conglomeração de empresas que atuam na infraestrutura e nos serviços de informação e comunicações, nos níveis nacional e internacional, vem dificultando a oferta significativa de serviços diversificados, no nível local, por empresas locais. Qualquer semelhança com as cidades mortas do Vale do Paraíba paulista no início do século passado não será mera coincidência, mas repercussão da mesma lógica sanguessuga que preside o sistema de dominação imperial em que se insere a economia brasileira.

Os Átilas passam, as cidades – vale dizer, a cidadania – perece. Jambeiro adverte: a situação é “agravada pela inexistência, nos regulamentos que expressam as políticas públicas nacionais para a área, de mecanismos de estímulo e proteção da produção local e regional de informação e comunicação, em qualquer de suas formas” (JAMBEIRO, 2007, p.11). Como as mocinhas caipiras abandonadas em seus parapeitos decadentes, fica a cidadania com o papel de consumir, importar, endividar-se financeira, cultural e intelectualmente. Uma revolução da informação e das comunicações, mas cabe aos nossos cidadãos mortos apenas a função de “repassadores”.

Fica o registro da pesquisa, agora livro, que acompanhou essa rapinagem da nossa infra-estrutura mais estratégica, barbaridade que obviamente não se dissocia do coronelismo local, especialmente na Bahia, onde por tantos anos uma certa oligarquia

fez-se algoz da cidadania operando sesmarias comunicacionais. Coronelismo, enxada e controle remoto.

O livro resulta de um programa de pesquisas, iniciadas em 2002, voltado a políticas e ações de informação e comunicações em Salvador no quadro conceitual e contextual da chamada Sociedade da Informação. Os autores esbanjam credenciais. Othon Jambeiro é PhD em comunicação pela University of Westminster (Londres) e Professor Titular da UFBA. Helena Pereira da Silva, doutora em Engenharia de Produção pela Efscc, pós – doutorada em Comunicação pela Universidade de Aveiro (Portugal), também Professora Adjunta da UFBA. E Jussara Borges, Mestre em Ciência da Informação pela UFBA, ex-bolsista da Fapesb e do CNPq, atua como Professora Assistente da mesma UFBA.

Alguém poderá reclamar de pessimismo excessivo na perspectiva crítica de quem pesquisa comunicações e tecnologia de olho na cidadania. Não é para tanto. O realismo quase seco dos cientistas sociais da Bahia é um contraponto oportuno e premonitório, ainda mais quando se leva em conta o tremendo escarcéu midiático que o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, tem promovido em torno dos supostos benefícios revolucionários da cultura hacker, do software livre e dos pontos de cultura. Pois estão aí os resultados de uma pesquisa, centrada em Salvador, para mostrar a que veio e a quantas anda a tal da inclusão digital à brasileira.

O senso crítico deriva da compreensão maior do sistema econômico em que se insere a pesquisa. Jambeiro já advertira, em obra anterior, que o capitalismo ainda é aquele. O termo “Sociedade da Informação” passou, a partir do final do século XX, a ser considerado como substituto para o conceito de “sociedade pós-industrial” e expressão de um novo paradigma técnico e econômico, marcado pela expansão e sofisticação das tecnologias de informação e comunicações. Esses novos padrões seriam, hoje, condições de sobrevivência, tanto para países quanto para empresas ou organizações. No entanto, Jambeiro se alinha entre os que não acreditam que “se possa concluir pela existência de uma nova estrutura econômica, diferente do capitalismo”. A “economia da informação” é enganosa quando leva à conclusão “de que se constituiu uma economia nova, que substitui a tradicional”<sup>3</sup>.

Na política brasileira, pelo menos, a tese é amplamente confirmada pela pesquisa. Varando planos diretores de municípios, vários na Bahia, os autores constatarem que “as infra-estruturas e serviços de informação e comunicações não são compreendidas como parte de estratégias de desenvolvimento” (JAMBEIRO; SILVA; BORGES, 2007, p.76).

<sup>3</sup> A visão ampla e crítica foi publicada no texto “Infra-estrutura da Sociedade da Informação: a indústria de software em Salvador” (JAMBEIRO; BORGES; SANTOS, 2006.)

A “web” está por aí, não faltam “portais” publicados pelas municipalidades. Mas se recorreremos à literatura especializada, que define como grau superior de digitalização um desenvolvimento “onde os cidadãos podem interagir e participar”, a conclusão é medonha: NENHUM dos websites analisados se aproximou desse nível. A análise detalhada dos esforços soteropolitanos é igualmente frustrante. Foram identificados apenas sinais esparsos e não consolidados de políticas de informação pública. Em ONGs e entidades que se dizem praticantes da inclusão digital, o desconhecimento sobre o que é governo eletrônico predomina. A “relação efetiva entre inclusão digital e governo eletrônico no Brasil ainda está longe de acontecer”. Os programas de inclusão digital estudados chafurdam na visão tecnicista. Seu principal objetivo é o “provimento ao conhecimento de ferramentas tecnológicas” (JAMBEIRO; SILVA; BORGES, 2007, p.187 e p. 234). Do ponto de vista da inclusão digital e das TICs, Salvador não é uma cidade criativa.

A conclusão que se impõe desbanca as festivas retóricas oficiais: não basta dispor de tecnologia para aumentar e melhorar a participação política. Nem se pode abrir mão da “informatização” dos serviços. Entre um e outro, revolução coisa nenhuma, há cidadania zero, predomina a timidez empresarial, vivemos em cidades digitalmente mortas. Socorro, quero ser pré-moderno!

JAMBEIRO, Othon, SILVA, Helena Pereira da; BORGES, Jussara (Org.). **Cidades contemporâneas e políticas de informação e comunicações**. Salvador: Edufba, 2007.

## REFERÊNCIAS

JAMBEIRO, Othon. Apresentação. In: JAMBEIRO, Othon, SILVA, Helena Pereira da e BORGES, Jussara (Org.). **Cidades contemporâneas e políticas de informação e comunicações**. Salvador: Edufba, 2007. p.9-12

JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara; SANTOS, João Tiago. Infra-estrutura da sociedade da informação: a indústria de software em Salvador. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.7, n.1, fev. 2006. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev06/Art\\_05.htm](http://www.dgz.org.br/fev06/Art_05.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2008.

LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. 1916. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~Irdg/exploracao/cidadesmortas.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2008